

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte O LiberalClass.: 120Data 12 de fevereiro de 1981

Pg.: \_\_\_\_\_

# Antropólogos debatem saída dos índios da Universidade

O afastamento dos 15 estudantes-índios de Brasília e o cancelamento de suas bolsas por determinação da Fundação Nacional do Índio - Funai, foi denunciado e debatido, ontem, na sede da Associação Regional dos Sociólogos - ARS, por diversas entidades de classe. A questão foi exposta pela antropóloga e ex-funcionária da Funai, Jane Beltrão, atualmente, exercendo a função de pesquisadora do Naea - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da UFFPA.

Segundo a antropóloga, o afastamento dos índios-estudantes de Brasília, justificado pela Funai como a "correção de um erro histórico", pois "Brasília é o local menos indicado para a permanência deles", fere a legislação vigente e a própria Constituição. O Estatuto do Índio (decreto lei nº 6.001), será transgredida caso as bolsas dos índios-estudantes sejam concedidas em outro local que não Brasília - como pretende a Funai, - "pelo fato da opção dos indígenas ser Brasília e aqui já se encontrarem desenvolvendo suas atividades escolares. Afora ser desaconselhável do ponto de vista técnico, transferir os índios-estudantes interrompendo seu ano letivo", conforme informação de um grupo de técnicos da Funai ao Departamento Geral de Planejamento do Órgão, datada de 23 de julho de 80.

A reunião, além da ARS, representada pela presidente Sandra Zaire, estiveram presentes: ABA - Associação Brasileira de Antropologia, representada pela vice-presidente Celeste Leal e primeira secretária Maria Helena Barata, SDDH, representada pelo secretário Waldemar Azevedo; Associação dos Engenheiros Agrônomos, representada pelo diretor do departamento de divulgação, José Luiz D'Ávila e GAI - Grupo de Apoio ao Índio, representado pelo antropólogo Roberto Cortéz e a estudante de antropologia Laura Saré.

Após o debate, os participantes apontaram como o centro da questão, o fato de a Funai e o Ministério do Interior terem percebido que os índios - estudantes não seriam integrados "a bem do desenvolvimento nacional", mas contra os interesses particulares dos governantes, uma vez que todos os indígenas que procuram ensino técnico em Brasília, o fizeram com o único intuito de, mais tarde, defendêrem, por si próprio os direitos assegurados pela Constituição. Um dos estudantes indígenas faz o curso de Direito, um outro, pretende estudar jornal-



Os antropólogos, ontem reunidos.

lismo para assim, poder denunciar as arbitrariedades cometidas indiscriminadamente contra os índios, informaram as entidades. "A questão é puramente política", afirmaram os membros das entidades, e isso se faz claro quando "decidem afastar estudantes-índios, que além de estudantes, são integrantes da Unind - União Nacional do Índio, entidade criada pelos mesmos 15 indígenas de Brasília". A Unind, informou Jane Beltrão, vem tornando posições políticas declaradas, apoiando todas as tribos que recorrem a eles e denunciando as arbitrariedades cometidas. Este fato, para eles, é uma das razões principais para a medida tomada pela Funai.

Os 15 índios-estudantes da tribo Terena, do Mato Grosso do Sul saíram de suas aldeias há cinco anos, alguns, há cinco meses por falta de unidades educacionais em suas aldeias com 1º e 2º graus e foram alojados na Casa do Ceará, em Brasília, obedecendo um convênio, feito entre essa casa e a Funai. Destes estudantes, oito estão no 1º grau, quatro no 2º grau, um no pré-vestibular, e um no 3º grau, apresentando, no geral, um bom rendimento escolar.

Suas bolsas, agora cortadas pela Funai, eram de apenas Cr\$ 2.500,00 por semestre e, recentemente passaram a pagar mais mil cruzeiros mensais. O alojamento desses índios, na Casa do Ceará, é comparável conforme

os antropólogos, a Casa do Índio em Icoaraci: não oferece as mínimas condições de instalação condigna aos estudantes-índios.

Um paralelo, para mostrar o duplo jogo de interesse do Ministério do Interior em integrar os índios, foi mostrado pelos antropólogos, que citaram o "vestibular do índio", realizado em 79 pelo 1º Comar para atender os índios do alto rio Negro. Esta foi uma forma, disseram eles, de fazerem uma "lavagem cerebral" nos índios e os tornarem desinteressados pela luta por suas terras. "No caso de Brasília, o tiro saiu pela culatra", observaram, pois perceberam que os índios pretendiam instruir-se para justamente defenderem-se das invasões, conscientes das legislações criadas pelos brancos e desrespeitadas por eles próprios. Jane Beltrão citou inclusive a necessidade dos índios conhecerem a burocracia dos "civilizados" uma vez que esse é um dos principais entraves encontrados por eles sobretudo nas questões de terra. Citou ainda as palavras de um índio de Brasília: "Nas nossas aldeias, não existe papel. Nas nossas aldeias existem palavras. Aqui, existe papel e as palavras não são respeitadas".

Depois de debatida a questão, as entidades presentes à reunião, decidiram enviar a Funai uma carta aberta e um telegrama ratificando a inviabilidade do afastamento dos índios-estudantes.